



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ ACSM.

O METROPOLITANO

Lei nº 713

Data: 19 de outubro de 1987.

Súmula: Dá nova redação a Lei nº 714, de 29 de setembro de 1987.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O parágrafo 1º do artigo 2º da Lei nº 708, alterada pelo artigo 1º da lei nº 714, de 29 de setembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Dentro de trés (03) anos contados da publicação desta lei, a donatária Industrias Químicas Mellyane, deverá por em funcionamento a fábrica referida neste artigo no imóvel objeto da doação, sob pena de retrocessão automática ao patrimônio do município."

Art. 2º - O parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 708, alterada pelo artigo 1º da lei nº 714, de 29 de setembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Dentro de trés (03) anos contados da publicação desta lei, a donatária TBC - Transportadora Regional de Cargas deverá por em funcionamento suas atividades no imóvel objeto da doação, sob pena de retrocessão automática ao patrimônio do município."

Art. 3º - O parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 708, alterada pelo artigo 1º da lei nº 714, de 29 de setembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Dentro de trés (03) anos contados da publicação desta lei, a donatária Industrias Gráfica, Imprensa e Editora Monte Santo Ltda, deverá por em funcionamento suas atividades, no imóvel objeto da doação, sob pena de retrocessão automática ao patrimônio do município."

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 19 de outubro de 1987.

CARLOS J. ENLORENZI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ ACSM.

Lei nº 714

Data: 22 de outubro de 1987.

Súmula: Abre crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.369.028,00 conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.369.028,00 (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil e oito cruzados) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

02.00 - GOVERNO MUNICIPAL
02.03 - Assessoria Jurídica
02.03-0053221.01 - Despesas de Bens
4.2.1.0 - Aquisição de Bens

Art. 2º - O recurso orçamentária para cobertura do crédito, será indicado pelo Executivo, na forma estabelecida pelo Art. 43, da Lei nº 4220/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 22 de outubro de 1987.

CARLOS J. ENLORENZI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ ACSM.

Lei nº 715

Data: 22 de outubro de 1987.

Súmula: Autoriza o Chefe do Executivo a contrair o pagamento de crédito com o banco do Estado do Paraná S/A, para execuções das obras e serviços integrantes do PRAM - Programa de Ação Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a contrair operação de crédito até o limite de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzados) junto ao Banco do Estado do Paraná S/A, por prazo não superior a 10 (dez) anos, juros de 11% (onze por cento) ao ano, resgate monetário e demais condições a serem fixadas em contratos de operações de crédito, podendo as ações das operações serem contraídas parceladamente.

Art. 2º - Montante das operações fixadas neste artigo será reajustado de acordo com a legislação pertinente.

Art. 3º - Os valores das operações de crédito e respectivas reajustes estão condicionados à capacidade de endividamento do Município, determinada pelas Resoluções nºs 62/75 e 93/76 do Senado Federal e pelas Resoluções nºs 345/75 e 397/76 do Banco Central do Brasil.

Art. 4º - Os recursos advindos das operações de crédito autorizadas por esta lei serão aplicados na execução do PRAM - Programa de Ação Social, como contrapartida do Município no programa que prevê investimentos em obras e infraestrutura urbana e de acordo com as normas operacionais do Banco do Estado do Paraná S/A, da Secretaria do Estado do Planejamento.

Art. 5º - É garantia às operações de crédito fica o Chefe do Executivo Municipal cedendo ao Banco Financeiro parcela do Imposto sobre Serviços relativos a Compra e Venda de Mercadorias - ICM ou tributo que o substituir, as qual ficará vinculada à operação de crédito, em montantes anuais necessários para amortizar as operações de principal e dos acessórios, na forma da legislação pertinente.

Art. 6º - Para garantir o pagamento do principal, da correção monetária, juros, multa e demais encargos financeiros decorrentes das operações referidas nesta lei, o Chefe do Executivo poderá autorizar o Banco do Estado do Paraná S/A, poderas para substituir mandado pleno e irrevogável, para receber e dar quitação no pagamento das referidas obrigações financeiras.

Art. 7º - O prazo e os esquemas definitivos de pagamento do principal ressalvável, acrescido dos juros e demais encargos incidentes sobre as obrigações financeiras, obedecidos os limites desta lei, serão estabelecidas pelo Chefe do Executivo com a entidade de finanças.

Art. 8º - Atualmente, a partir do exercício subsequente ao da contratação das operações de crédito, o orçamento do Muni-

pio consignará dotações próprias para amortização do principal e dos acessórios das dívidas contratadas.

Art. 9º - Fica, ainda, o Chefe do Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais respectivos até o início do Convênio para execução do PRAM - Programa de Ação Municipal, firmado com o Estado do Paraná, para atendimento das despesas com sua aplicação.

Art. 10 - Os recursos para abertura dos créditos adicionais de que trata o artigo anterior serão os constantes do artigo 43, da Lei Federal nº 4220/64 e mais os recursos transferidos pelo Estado do Paraná para o PRAM - Programa de Ação Municipal.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 22 de outubro de 1987.

CARLOS J. ENLORENZI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ ACSM.

Lei nº 716

Data: 22 de outubro de 1987.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal alienar área de terreno inapropriável pertencente ao Município de Campo Largo, em favor de JOÃO LOPEZ PEDALTO e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 708, alterada pelo artigo 1º da lei nº 714, de 29 de setembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Dentro de trés (03) anos contados da publicação desta lei, a donatária Industrias Gráfica, Imprensa e Editora Monte Santo Ltda, deverá por em funcionamento suas atividades, no imóvel objeto da doação, sob pena de retrocessão automática ao patrimônio do município."

Art. 2º - O parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 708, alterada pelo artigo 1º da lei nº 714, de 29 de setembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Dentro de trés (03) anos contados da publicação desta lei, a donatária TBC - Transportadora Regional de Cargas deverá por em funcionamento suas atividades, no imóvel objeto da doação, sob pena de retrocessão automática ao patrimônio do município."

Art. 3º - O parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 708, alterada pelo artigo 1º da lei nº 714, de 29 de setembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Dentro de trés (03) anos contados da publicação desta lei, a donatária Industrias Gráfica, Imprensa e Editora Monte Santo Ltda, deverá por em funcionamento suas atividades, no imóvel objeto da doação, sob pena de retrocessão automática ao patrimônio do município."

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 22 de outubro de 1987.

CARLOS J. ENLORENZI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ ACSM.

Lei nº 717

Data: 22 de outubro de 1987.

Súmula: Abre crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.369.028,00 conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.369.028,00 (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil e oito cruzados) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

02.00 - GOVERNO MUNICIPAL

Art. 2º - O recurso orçamentária para cobertura do crédito, será indicado pelo Executivo, na forma estabelecida pelo Art. 43, da Lei nº 4220/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 22 de outubro de 1987.

CARLOS J. ENLORENZI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ ACSM.

Lei nº 718

Data: 22 de outubro de 1987.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contrair o pagamento de crédito com o banco do Estado do Paraná S/A, para execuções das obras e serviços integrantes do PRAM - Programa de Ação Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a contrair operação de crédito até o limite de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzados) junto ao Banco do Estado do Paraná S/A, por prazo não superior a 10 (dez) anos, juros de 11% (onze por cento) ao ano, resgate monetário e demais condições a serem fixadas em contratos de operações de crédito, podendo as ações das operações serem contraídas parceladamente.

Art. 2º - Montante das operações fixadas neste artigo será reajustado de acordo com a legislação pertinente.

Art. 3º - Os valores das operações de crédito e respectivas reajustes estão condicionados à capacidade de endividamento do Município, determinada pelas Resoluções nºs 62/75 e 93/76 do Senado Federal e pelas Resoluções nºs 345/75 e 397/76 do Banco Central do Brasil.

Art. 4º - Os recursos advindos das operações de crédito autorizadas por esta lei serão aplicados na execução do PRAM - Programa de Ação Social, como contrapartida do Município no programa que prevê investimentos em obras e infraestrutura urbana e de acordo com as normas operacionais do Banco do Estado do Paraná S/A, da Secretaria do Estado do Planejamento.

Art. 5º - É garantia às operações de crédito fica o Chefe do Executivo Municipal cedendo ao Banco Financeiro parcela do Imposto sobre Serviços relativos a Compra e Venda de Mercadorias - ICM ou tributo que o substituir, as qual ficará vinculada à operação de crédito, em montantes anuais necessários para amortizar as operações de principal e dos acessórios, na forma da legislação pertinente.

Art. 6º - Para garantir o pagamento do principal, da correção monetária, juros, multa e demais encargos financeiros incidentes sobre as obrigações financeiras, obedecidos os limites desta lei, serão estabelecidas pelo Chefe do Executivo com a entidade de finanças.

Art. 7º - Atualmente, a partir do exercício subsequente ao da contratação das operações de crédito, o orçamento do Muni-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ ACSM.

Decreto nº 117/87

Data: 14 de outubro de 1987.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

EXCELENTE

a pedido EDILSON LUIZ MEURO ocupante do cargo de Diretor Técnico da EMBAR - Empresa Municipal de Urbanização de Campo Largo, a contar de 13 de corrente mês.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 14 de outubro de 1987.

CARLOS J. ENLORENZI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ ACSM.

Lei nº 719

Data: 22 de outubro de 1987.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal alienar área de terreno inapropriável pertencente ao Município de Campo Largo, em favor de JOÃO LOPEZ PEDALTO e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 708, alterada pelo artigo 1º da lei nº 714, de 29 de setembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Dentro de trés (03) anos contados da publicação desta lei, a donatária Industrias Gráfica, Imprensa e Editora Monte Santo Ltda, deverá por em funcionamento a fábrica referida neste artigo no imóvel objeto da doação, sob pena de retrocessão automática ao patrimônio do município."

Art. 2º - O parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 708, alterada pelo artigo 1º da lei nº 714, de 29 de setembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação: